



**Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado
de São Paulo – COPLACANA.**

**Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e de 2024, e o relatório dos
auditores independentes.**

+ B J H



Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o relatório dos auditores independentes.

Sumário

Opinião	1
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração das Sobras ou Perdas.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	14
1 Contexto operacional.....	14
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	14
3 Políticas contábeis materiais.....	16
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5 Contas a receber	25
6 Estoques.....	26
7 Impostos e contribuições a recuperar	27
8 Imobilizado.....	28
9 Empréstimos e financiamentos	29
10 Fornecedores.....	30
11 Vendas para entrega futura e conta e ordem.....	30
12 Provisões para contingências.....	31
13 Passivos contingentes.....	31
14 Patrimônio líquido.....	33
15 Ingressos/ receitas operacionais líquidas	34
16 Dispêndios/despesas com pessoal	34
17 Dispêndios/despesas comerciais, administrativos e gerais.....	35
18 Outros ingressos/dispêndios/receitas/despesas.....	35
19 Resultado financeiro.....	36
20 Imposto de renda e contribuição social.....	36
21 Partes relacionadas.....	37
22 Produtos recebidos para depósito.....	37
23 Instrumentos financeiros	38
24 Análise e gerenciamento de riscos.....	38
25 Cobertura de seguros.....	40

26	Avais	41
27	Ajuste de períodos anteriores.....	41
28	Operações Descontinuadas	41
29	Eventos subsequentes	42
30	Informação por segmento.....	43





Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA
Piracicaba – SP.

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de perdas para créditos:

A concessão de crédito aos cooperados e clientes é uma prática inerente aos negócios da Cooperativa, sendo realizada conforme a política estabelecida pela administração.

Em razão da relevância dos créditos a receber para as demonstrações financeiras, a estimativa de perdas requer julgamento significativo, considerando, entre outros fatores, os níveis de inadimplência, as políticas de renegociação e a qualidade da carteira de recebíveis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, a avaliação das políticas contábeis adotadas para mensuração e reconhecimento da estimativa de perdas, a análise detalhada da carteira de recebíveis e dos riscos de crédito identificados, a avaliação do trabalho preparado pela administração envolvendo o assessor jurídico que cuida dos processos de cobrança, a verificação da consistência do valor registrado com as políticas estabelecidas e a revisão das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo da estimativa de perdas para créditos e as divulgações relacionadas, são adequadas para as demonstrações financeiras na referida data base.

Estoques:

Grãos:

Uma das principais atividades desenvolvida pela Cooperativa é o recebimento da produção agrícola dos seus cooperados e de não cooperados, envolvendo processos de limpeza, secagem, classificação, armazenagem, industrialização e comercialização. Essas operações requerem a manutenção de sistema de controles internos adequados, adoção de procedimentos para sua quantificação física e técnicas de mensuração.



Nossos procedimentos de auditoria incluíram, a análise das posições de saldos de estoques, produtos em depósito a fixar, vendas com preços a fixar, contratos de Barter e contratos futuros de compra e venda ainda não reconhecidos contabilmente, com o objetivo de avaliar a exposição ao risco de variação de preços; a verificação da adequação dos valores atribuídos aos estoques de grãos e aos volumes de produtos depositados a fixar; a seleção, por amostragem, de filiais e produtos para a realização de testes de existência física (cubagem); e a revisão das notas explicativas, com a finalidade de assegurar a adequada divulgação dos critérios de mensuração dos estoques e dos produtos em depósito a fixar.

Como resultado dos procedimentos realizados, concluímos que os estoques de produtos agrícolas estão adequadamente registrados e mensurados, da necessidade de monitoramento dos riscos a variações de preços sobre os volumes expostos, e que foram realizadas adequadamente as divulgações em notas explicativas às demonstrações financeiras na data base.

Insumos Agropecuários:

A comercialização de insumos agropecuários é a principal atividade desenvolvida, sendo um estoque relevante, demandando a adoção de controles internos consistentes e de procedimentos adequados para a quantificação física e a mensuração correta.

Os procedimentos de auditoria realizados compreenderam a avaliação das práticas adotadas pela administração para a execução dos inventários físicos, bem como para o reconhecimento de sobras e faltas apuradas; testes de confrontação do custo médio com os preços de venda, a fim de concluir a respeito da eventual necessidade de reconhecer provisão de ajuste ao valor realizável; e a revisão das notas explicativas, a fim de assegurar que os critérios de mensuração foram devidamente divulgados.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os estoques de insumos estão adequadamente mensurados e divulgados na data base das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 21 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações financeiras ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações financeiras foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

   5 



Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos administradores declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 02 de março de 2026.

Assinado digitalmente por
JOEL IRENO HARTMANN:
02029668958
Data: 2026-03-03 11:42:15

JOEL IRENO HARTMANN

Contador CRC/PR

052387/O-1 T-RS DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA S/S

CRC/RS 3.025/O-0


Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA


Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

Ativo			
	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	320.396	498.383
Contas a receber	5	1.334.630	1.289.625
Estoques	6	679.338	926.831
Impostos e contribuições a recuperar	7	26.665	22.786
Bens para venda		600	824
Outros ativos		2.624	11.300
Total do ativo circulante		2.364.254	2.749.748
Não circulante			
Aplicação financeira		3.288	-
Contas a receber	5	112.364	52.426
Depósitos judiciais		52	52
Impostos e contribuições a recuperar	7	67.030	63.511
Investimentos		31.054	5.692
Imobilizado	8	346.792	332.032
Intangível		3.629	156
Total do não circulante		564.209	453.869
Total do ativo		2.928.462	3.203.617
Passivo			
	Nota	2025	2024
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	968.347	1.076.340
Fornecedores	10	514.096	459.366
Arrendamento a pagar		8.109	9.617
Obrigações com cooperados		38.259	39.875
Obrigações sociais e tributárias		4.962	5.014
Provisão para férias e encargos		10.463	10.839
Vendas entrega futura e conta e ordem	11	64.677	84.423
Outros passivos		5.391	14.105
Total do passivo circulante		1.614.304	1.699.579
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	658.376	866.285
Fornecedores	10	182	1
Arrendamento a pagar		13.363	17.647
Provisão para contingências	12	1.133	3.866
Outros passivos		6.319	342
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.151	1.430
Total do passivo não circulante		680.524	889.570
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	44.472	41.005
Fundo de reserva	14.b	443.706	449.280
Fundo assistência técnica educ. e social	14.b	23.572	5.301
Fundo garantidor de aval	14.b	24.625	24.130
Reserva de reavaliação		1.743	1.743
Reserva de incentivos fiscais	14.e	82.186	82.186
Ajuste de avaliação patrimonial	14.c	35.793	38.948
Ajustes de períodos anteriores	27	(24.192)	(34.287)
Sobras à disposição da AGO	14.d	1.731	6.161
Total do patrimônio líquido		633.634	614.467
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.928.462	3.203.617





Marcos Farhat

Presidente

CPF: 074.520.328-77

Arnaldo Antônio Bortoletto

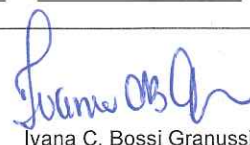
Vice-Presidente

CPF: 047.666.548-54

Paulo Roberto Franhani

CRC1SP 086071/O-2

CPF: 722.511.318-68



Ivana C. Bossi Granussio

CRC1SP250376-O-2

CPF: 154.846.698-04


Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em milhares de reais

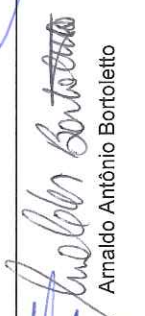
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS							
	NE	Cooperados	Não cooperados	2025		2024	
				Total	Total	Total	Total
Ingresso/ receita operacional líquido	15	90,66%	9,34%	4.056.534	3.866.600		
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		3.686.923	369.611	(3.589.781)	(3.478.155)		
Sobra/ lucro bruto		429.067	37.687	466.753	388.445		
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais		11,64%	10,20%	11,51%	10,05%		
Dispêndios/ despesas com pessoal	16	(106.643)	(11.490)	(118.133)	(113.242)		
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	17	(162.738)	(25.531)	(188.269)	(164.937)		
Outros ingressos/ receitas/ dispêndios / despesas operacionais	18	35.510	5.885	41.395	93.774		
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		(233.871)	(31.136)	(265.007)	(184.405)		
Resultado financeiro		195.195	6.550	201.746	204.040		
Ingressos/ receitas financeiras		59.345	51.222	110.567	100.545		
Dispêndios/ despesas financeiras		(255.503)	(33.103)	(288.606)	(267.959)		
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19	(196.158)	18.118	(178.039)	(167.414)		
Imposto de renda e contribuição social	20	(962)	24.669	23.706	36.625		
		-	(3.240)	(3.240)	-		
Sobra/ lucro líquido do exercício das operações continuadas		(962)	21.429	20.467	36.625		
Sobra/lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		123	1.844	1.968	(4.653)		
Negócio Massey	28	123	1.844	1.968	(4.653)		
Sobra/ lucro líquido do exercício		(839)	23.273	22.434	31.972		

[Handwritten signatures and initials]

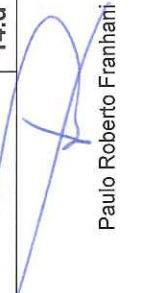
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES						
Sobra/ lucro líquido do exercício		(839)	23.273	22.434	31.972	
Demais Resultados Abrangentes	14.c	484	50	534	543	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial						
Resultado Abrangente do Período		(355)	23.323	22.969	32.515	
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS						
Resultado Abrangente do Período		(355)	23.323	22.969	32.515	
Realização do FATES	3.s	5.300	-	5.300	7.000	
Recuperação de créditos transferido para o Fundo de Reserva	14.b	-	-	-	(1.065)	
Base para as Destinações		4.945	23.323	28.269	38.450	
Fundo de reserva - 50%	14.b	(2.473)	-	(2.473)	(8.801)	
FATES - 05%	14.b	(247)	-	(247)	(880)	
Reserva de incentivos fiscais	14.e	-	-	-	(14.443)	
FATES operações com não cooperados - 100%	14.b	-	(23.323)	(23.323)	(6.406)	
Fundo garantidor de aval - 10%	14.b	(495)	-	(495)	(1.760)	
Sobras a Disposição da AGO	14.d	1.731	-	1.731	6.161	



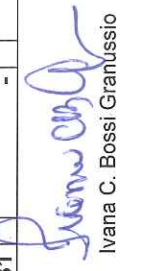
 Marcos Farhat
 Presidente
 CPF: 074.520.328-77



 Arnaldo Antônio Bortoletto
 Vice-Presidente
 CPF: 047.666.548-54



 Paulo Roberto Franihni
 CRC1SP 086071/O-2
 CPF: 722.511.318-68



 Ivana C. Bossi Granússio
 CRC1SP250376-O-2
 CPF: 154.846.698-04

Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	Fundo Garantidor de Aval	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Períodos Anteriores	Reserva de Incentivos Fiscais	Sobras a Disposição da AGO	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.806	501.418	72.758	22.371	1.743	39.390	(65.769)	-	4.921	612.638
Estorno saldo credor de ICMS	-	-	-	-	-	-	(10.094)	-	-	(10.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - ajustado	35.806	501.418	72.758	22.371	1.743	39.390	(75.864)	-	4.921	602.543
Deliberações da AGO:										
Destinação das sobras	4.921	(65.769)	-	-	-	-	-	-	(4.921)	-
Destinação do ajuste de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	65.769	-	-	-
Eventos do Exercício:										
Aumento de capital por admissões de cooperados	488	-	-	-	-	-	-	-	-	488
Baixas de capital por saídas de cooperados	(211)	-	-	-	-	-	-	-	-	(211)
Transfêrencia de saldos não reclamados para reserva legal	-	3.764	-	-	-	-	-	-	-	3.764
Taxa de transferência de capital conforme art. 9º - Estatuto Social	(2)	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfêrencia entre fundos	-	-	(67.742)	-	-	-	-	67.742	-	-
Ajuste do IRPJ e CSLL - AAP	-	-	-	-	-	101	-	-	-	101
Resultado e Destinações:										
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	31.972	31.972
Demais resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(543)	-	-	543	-
Realização de fundos	-	-	(7.000)	-	-	-	-	-	7.000	-
Recuperação de créditos vencidos em exercício anteriores	-	1.065	-	-	-	-	-	-	(1.065)	-
Destinação FATES	-	-	-	-	-	-	-	14.443	(14.443)	-
Destinação legal e estatutária	-	8.801	7.286	1.760	-	-	-	-	(17.846)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.005	449.280	5.301	24.130	1.743	38.948	(10.095)	82.186	6.161	638.658
Estimativa de Perdas para Créditos	-	-	-	-	-	-	(17.361)	-	-	(17.361)
Baixa de Estoque	-	-	-	-	-	-	(4.243)	-	-	(4.243)
Obrigações com cooperados	-	-	-	-	-	-	(2.588)	-	-	(2.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - ajustado	41.005	449.280	5.301	24.130	1.743	38.948	(34.287)	82.186	6.161	614.467

(Handwritten signatures and initials)

Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	2025	2024
Método Indireto		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	22.434	31.972
Ajustes ao resultado líquido:	(4.672)	(78.388)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	18.637	(11.248)
Resultado de participações societárias capitalizado	(785)	(778)
Depreciações e amortizações	18.602	17.296
Resultado da alienação do imobilizado	(21)	1.876
Provisão para contingências	(2.732)	2.946
Provisão para perdas de estoque	4.566	1.232
IR e CS Lei Complementar 160/2017	-	(41.696)
Ajuste a valor presente	(10.242)	(31.929)
Provisão PIS/COFINS e ICMS	(42.104)	(16.086)
Provisão	13.500	-
Ajuste do Custo Atribuído	(2.901)	-
Correção IR e CSLL lei complementar 160	(1.191)	
Resultado líquido ajustado	17.763	(46.416)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		
Contas a receber	(127.091)	59.261
Estoques	235.999	184.997
Impostos e contribuições a recuperar	35.897	498
Outros ativos circulantes e não circulantes	5.612	(8.888)
Fornecedores	64.258	(968)
Obrigações com cooperados	428	(11.164)
Obrigações sociais e tributárias	(52)	(4.336)
Provisão para férias e encargos	(377)	332
Vendas para entrega futura/conta e ordem	(21.912)	(56.135)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(8.528)	7.549
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	201.997	124.731
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Alienação de ativo imobilizado	358	300
Aquisições do imobilizado e intangível	(61.523)	(43.605)




Investimentos	(225)	(427)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(61.391)	(43.732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.188.286	1.942.625
Pagamento do principal e juros de empréstimos e financiamento	(4.504.190)	(1.666.406)
Aumento de capital por admissões de cooperados	3.664	488
Baixas de capital por saídas de cooperados	(192)	(211)
Distribuição de sobras	(6.161)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(318.592)	276.496
Aumento/Redução líquida ao caixa e equivalente de caixa	(177.986)	357.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	498.383	140.887
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	320.396	498.383
Varição das contas caixa/bancos/equivalentes	(177.986)	357.496

			
Marcos Farhat	Arnaldo Antônio Bortoletto	Paulo Roberto Franhani	Ivana C. Bossi Granussio
Presidente	Vice-Presidente	CRC1SP 086071/O-2	CRC1SP250376-O-2
CPF: 074.520.328-77	CPF: 047.666.548-54	CPF: 722.511.318-68	CPF: 154.846.698-04

Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – COPLACANA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus 13.202 (treze mil, duzentos e dois) sócios para o exercício de suas atividades, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o Sistema Cooperativista no país.

A sociedade possui estrutura própria de recebimento, secagem e armazenagem de cereais, sendo:

- a Complexo localizado na unidade de grãos na cidade de Piracicaba/SP, composto por 12 silos para armazenagem com capacidade total de 650.000 sacas.
- b Complexo localizado na unidade de grãos na cidade de Taquarituba/SP, composto por 7 silos para armazenagem com capacidade total de 520.000 sacas.
- c Complexo localizado na unidade de grãos na cidade de Uberaba/MG, composto por 5 silos para armazenagem com capacidade total de 266.667 sacas.

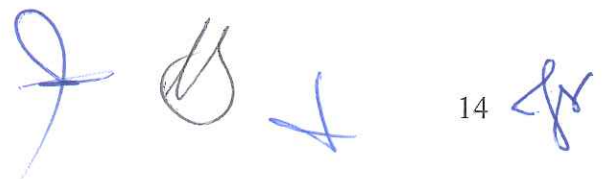
Ainda, conta com um complexo de 33 lojas de insumos, sendo Matriz e 32 filiais, 1 hub de inovação, 2 unidades de recebimento de embalagens vazias de Agrotóxicos, 2 lojas de máquinas e peças Kuhn, 2 fábricas de rações e 1 confinamento bovino. Sua sede está localizada na cidade de Piracicaba/SP, com filiais nos Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.

A Cooperativa atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, e também de não cooperados, com destaque para os produtos soja, milho e sorgo, realiza a compra e venda em comum de insumos e bens de consumo, além da prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus associados e da comunidade em sua área de atuação.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade com normas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de grande porte e com a ITG 2004, específica para as sociedades cooperativas, todas do Conselho Federal de Contabilidade, e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e fiscal.



b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos/receitas e dispêndios/despesas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras quando ocorrem são incluídas nas notas explicativas.

e Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

f Manutenção das práticas contábeis

No exercício 2025 foram mantidas as práticas contábeis adotadas no exercício anterior.



3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas, nessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Reconhecimento de ingressos e receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades operacionais. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e do ajuste a valor presente.

a.1 Venda de produtos

O ingresso/receita é reconhecido quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades realizadas.

As vendas com preços a fixar são mensuradas no embarque por valor simbólico e remensuradas ao final de cada mês pelo valor de mercado praticado pelas indústrias compradoras.

a.2 Venda para entrega futura e vendas por conta e ordem

As vendas para entrega futura, são reconhecidas no passivo circulante como produtos a entregar, de modo que o ingresso/receita será reconhecido no resultado do exercício quando da efetiva entrega dos bens.

As vendas por conta e ordem são reconhecidas no resultado, detalhando a quantidade e valor total remetido ao cooperado e ao cliente final. Ao realizar remessas parciais, é emitida uma Nota Fiscal de venda (CFOP 5.120/6.120), registrando a quantidade e valor total por remessa, conforme o artigo 2º, inciso I, do RICMS/2000. Cada Nota Fiscal reflete as quantidades e valores enviados, em conformidade com as normas fiscais mencionadas no artigo 129 do RICMS/2000, §2º.

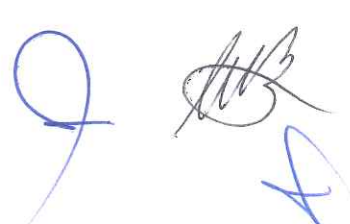
a.3 Ingresso/receita financeira

O ingresso/receita financeira é reconhecido conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

b Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 Ativos financeiros



A Cooperativa classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão desses ativos financeiros. Inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

(ii) Mensuração subseqüente

Para fins de mensuração subseqüente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras, contas a receber e adiantamentos a fornecedores de insumos.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria se classificam as aplicações financeiras.

(iii) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu seu controle.

b.2 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e arrendamentos a pagar.

(ii) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados na categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como dispêndio/despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento



Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Quando a Cooperativa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente, esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos/receitas, dispêndios/despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios/despesas e ingressos/receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

d Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto,



um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data de aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

e Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos.

Os créditos a receber em físico de produtos originados de operações de Barter são mantidos pelo valor original de negociação, considerando que os volumes de grãos a receber se encontram vendidos para as indústrias com preços fixados, preservando a margem de comercialização, assim sem a necessidade de mensuração pelo valor justo.

A estimativa de perdas com créditos é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

A estimativa para perdas com créditos é o valor mensurado com base na análise da carteira de recebíveis de cooperados, de clientes e de demais créditos, identificando os que carregam risco de não recebimento.

f Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições recuperáveis são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com as perspectivas de realização e para o saldo que possui dúvidas quanto sua recuperabilidade é constituída estimativa para perdas.

g Estoques

Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados de acordo com os critérios descritos a seguir, e em todos os casos não superiores ao valor líquido de realização:

- mercadorias de revenda e produtos agrícolas próprios: custo médio móvel ponderado de aquisição, descontados os impostos recuperáveis;
- produtos agroindustriais: custo de produção;
- produtos agrícolas de cooperados/ terceiros recebidos para depósito: valor de compra cotado no mercado ativo, mesmo critério de mensuração da obrigação com estoques de terceiros no passivo;
- e
- adiantamentos para compra de produtos e mercadorias: valor do desembolso para futura compra de produtos e mercadorias.

h Investimentos

h.1 Participações societárias



São mensuradas ao custo histórico, não havendo situações que requerem a avaliação pelo método de equivalência patrimonial. Todos os investimentos estão operacionalmente ativos não sendo necessária estimativa para perdas.

h.2 Propriedades para investimentos

São mensuradas pelo custo de aquisição descontada a depreciação acumulada. As propriedades para investimentos são máquinas e equipamentos da atividade rural para locação aos produtores.

i Imobilizado

i.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, acrescido do custo atribuído – *deemed cost* - para os bens das contas de terrenos e edificações e construções, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outras imobilizações, com base em laudo de peritos independentes.

i.2 Depreciação

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e valor residual recuperável.

i.3 Revisão de estimativas

Anualmente é adotada a prática de revisão da vida útil e do valor residual recuperável dos bens do ativo imobilizado. Não foi identificado qualquer alteração das estimativas anteriores, desta forma, não foram realizados ajustes.

i.4 Avaliação do Valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é aplicado o teste de *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, mediante registro de provisão, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem a aplicação do *impairment* e o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

j Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos a amortização acumulada calculada de forma linear.

k Operações com não cooperados

As operações com não cooperados são contabilizadas destacadamente, de acordo com as normas fiscais vigentes e com a ITG 2004 – Entidade Cooperativa do Conselho Federal de Contabilidade,

de modo a permitir a apuração do resultado em separado para cálculo e incidência de tributos e destinação societária.

Os rendimentos das aplicações financeiras foram integralmente considerados como decorrentes de operações com não cooperados e tributados, deduzindo a despesa financeira proporcionalmente as operações com não cooperados.

I Arrendamentos a pagar

A Cooperativa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa de custo médio ponderado de capital da Cooperativa (WACC).

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de prestações que não foram pagas na data de transição, descontados usando uma taxa de custo médio ponderado de capital da Cooperativa (WACC), que corresponde aproximadamente a 10,8% ao ano.

O passivo de arrendamento é remensurado se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O prazo do arrendamento equivale ao período de vigência dos contratos.

m Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor recebido dos bancos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, utilizando o método de taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

Os juros decorrentes de financiamentos utilizados para a aquisição ou construção de bens qualificáveis, são registrados como custo dos respectivos bens, até que ele esteja concluso para uso, momento em que passam a ser reconhecidos como dispêndios/despesas financeiras.

n Securitização

Os saldos dos empréstimos e financiamentos securitizados encontram-se atualizados com a taxa de juros normal estabelecida nos contratos, não sendo atribuída a atualização pelo preço mínimo, em razão de sua dispensa enquanto mantida a situação de adimplemento e este procedimento foi adotado face aos pagamentos estarem sendo realizados dentro do prazo e da presença do pressuposto da continuidade. O bônus de adimplência é reconhecido no resultado somente por ocasião da sua efetiva realização.

o Provisões



Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

p Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ainda como não circulante podem ser reconhecidos ativos que não possuem perspectivas de realização no curto prazo.

q Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

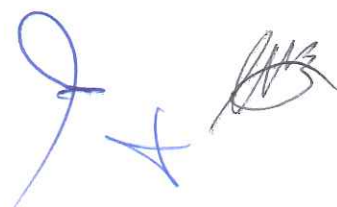
Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis ou praticamente certas e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

r Imposto de renda e contribuição social

Foram calculados o imposto de renda e a contribuição social unicamente sobre os resultados com não cooperados em face a não incidência sobre o resultado das operações com os cooperados.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido.

Quando da atribuição de custo aos bens do imobilizado, foram provisionados o imposto de renda e a contribuição social diferidos na proporcionalidade média das operações com não cooperados, no



passivo não circulante em contrapartida na conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Em 2025 e 2024 a provisão foi ajustada com base no percentual de não cooperados do exercício, o qual foi aplicado sobre o saldo da avaliação patrimonial.

s Fundo de assistência técnica educacional e social – FATES

No exercício os gastos com assistência técnica, educacional e social foram registrados no resultado, e ao final do exercício parte desses gastos no montante de R\$ 5.300 milhões, foram cobertos pelo fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES, transferidos do referido fundo para a conta de sobras no patrimônio líquido, compondo a base das destinações legais e estatutárias, de acordo com a ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

t Resultado de participações societárias

Foram reconhecidos no resultado do exercício valores de participações em outras sociedades cooperativas, referentes a retorno de sobras relativas ao exercício anterior, no total de R\$ 750 mil, registrados na conta de Investimentos – Participações.

u Regime de escrituração

O regime de escrituração adotado para as mutações patrimoniais é o de competência, implicando no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, despesas e custos quando incorridos, independentemente do seu efetivo pagamento ou recebimento, exceto em relação aos juros incidentes sobre créditos em cobrança judicial, que são reconhecidos no resultado após seu efetivo recebimento.

v Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio

Quando realizadas operações de importação ou exportação, a moeda estrangeira é convertida para a moeda funcional, mediante a utilização da taxa de câmbio divulgada pelo BACEN – Banco Central do Brasil e pela RFB – Receita Federal do Brasil. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são reconhecidos como ingressos/receitas, dispêndios/despesas financeiras.

w Juros ao capital social

Conforme parágrafo 3º do artigo 6º do estatuto social é facultado, desde que haja sobras, o pagamento de juros ao capital social integralizado com taxa limitada a 12% ao ano. Em 2025 a administração decidiu por não atribuir juros ao capital social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	122	183
Bancos	24.745	55.331
Aplicações financeiras de liquidez imediata	295.529	442.868
	320.396	498.383



Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e longo prazo da Cooperativa. Em “aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Títulos de Renda Fixa, Aplicações Automáticas e Fundos de Investimentos, substancialmente remunerados com base no percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade desses recursos.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

Descrição	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cooperados	1.374.586	72.953	1.447.539	1.336.970	48.286	1.385.256
Clientes	98.197	39.411	137.608	68.660	4.140	72.800
(-) Perdas de créditos esperadas (i)	(91.851)	-	(91.851)	(55.854)	-	(55.854)
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(46.302)	-	(46.302)	(42.791)	-	(42.791)
	1.334.630	112.364	1.446.994	1.289.625	52.426	1.342.050

- (i) A estimativa de perdas para créditos foi mensurada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão mensurada pela Administração é considerada suficiente, na data base, para cobrir eventuais perdas de contas a receber.
- (ii) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência no resultado financeiro. A taxa média de desconto utilizada foi de 0,90% a.m., representada pela média das taxas praticadas em vendas a prazo.

b Idade de saldo (aging list)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vincendos		
Até 30 dias	175.201	150.450
De 31 até 90 dias	156.004	167.139
De 91 até 180 dias	440.846	438.452
De 181 até 360 dias	517.460	503.683
Acima de 360 dias	95.522	62.228
	<u>1.385.034</u>	<u>1.321.953</u>
Vencidos		
Até 30 dias	11.890	1.557
De 31 até 90 dias	18.656	24.716
De 91 até 180 dias	28.195	17.202
De 181 até 360	29.334	15.451
Acima de 360 dias	97.773	77.175
	<u>185.847</u>	<u>136.103</u>
Total	<u>1.570.881</u>	<u>1.458.056</u>
Cooperados	1.447.539	1.385.256
Clientes	137.608	72.800
(-) Real Adiant. Fornecedor	(14.266)	-
	<u>1.570.881</u>	<u>1.458.056</u>

6 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mercadorias para revenda	622.435	805.653
Produtos agrícolas	23.790	33.279
Matérias-primas	3.490	3.619
Produtos em elaboração e transformação	3.600	905
Mercadorias de terceiros em nosso poder	4.961	5.264
Consumo	695	740
Adiantamentos a fornecedores de insumos	30.543	89.551
(-) Provisão para perdas de estoque (i)	(10.174)	(5.608)
(-) Ajuste a valor presente	-	(6.573)
Total	<u>679.338</u>	<u>926.831</u>

(i) Provisão para perda de estoques e para estoques de movimentação lenta, em montante considerado suficiente.

7 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2025	2024
Circulante		
ICMS (i)	27.305	20.700
PIS (ii)	243	337
COFINS (ii)	754	1.159
IPI	2	849
(-) Provisão para ICMS (i)	(1.727)	(1.727)
IRPJ	89	1.195
CSLL	-	30
Pagamento indevido ou a maior	-	243
	26.665	22.786
Não circulante		
ICMS (i)	4.772	10.734
PIS (ii)	10.850	14.026
COFINS (ii)	10.145	38.400
(-) Provisão para não realização PIS/COFINS (ii)	-	(42.104)
Saldo Negativo IRPJ	30.146	30.795
IRPJ Deferido	557	557
Saldo Negativo CSLL	10.359	10.902
CSLL Deferido	201	201
	67.030	63.510
Total	93.695	86.297

- (i) O saldo credor de ICMS resulta, basicamente, de créditos originados de compras de produtos e mercadorias para revenda, o qual apresenta alto grau de recuperabilidade.
- (ii) A Cooperativa, amparada nos dispositivos da Lei nº 10.637/2002, da Lei nº 10.833/2003 e alterações introduzidas pela Lei 13.137/2015, efetua a apuração das contribuições do PIS e da COFINS de forma não-cumulativa, tendo o acompanhamento de consultoria tributária especializada. Os pedidos de ressarcimento encontram-se pendentes de análise por parte da Receita Federal do Brasil. No exercício de 2025 foi revertida a provisão da margem de segurança, partindo do pressuposto de êxito no recebimento dos créditos, visto que neste exercício tivemos créditos de pedidos de ressarcimento homologados pela Receita Federal do Brasil.

8 Imobilizado

Descrição	Taxa	2025			2024
	anual de depreciação	Custo histórico	AAP	Total	Total
Terrenos	-	17.827	21.278	39.105	43.241
Edificações e construções	4%	175.569	19.541	195.110	108.735
Máquinas e equipamentos	10%	51.691	3.208	54.899	40.718
Móveis e utensílios	10%	6.648	1.048	7.696	7.675
Veículos	20%	12.428	1.224	13.653	13.698
Outras imobilizações	13%	18.598	831	19.429	16.787
Imobilizado em andamento	-	58.573	-	58.573	128.999
Direito de uso		53.278	-	53.278	49.864
		394.612	47.131	441.743	409.719
(-) Depreciação acumulada				(94.951)	(77.686)
				346.792	332.032

A Administração contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus ativos imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado apurou um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos. Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, o dispêndio/despesa de depreciação no exercício está ajustado levando em consideração as referidas análises.

A Administração revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

a Movimentação do custo e ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

Descrição	SalDOS em			Transferência	SalDOS em
	01º/1/2025	Adição	Baixa		31/12/2025
Terrenos	43.241	6.029	(7.640)	(2.524)	39.105
Edificações e construções	108.735	169.880	(24.304)	(59.201)	195.110
Máquinas e equipamentos	40.718	16.125	(1.337)	(607)	54.899
Móveis e utensílios	7.675	806	(470)	(315)	7.696
Veículos	13.698	543	(430)	(159)	13.653
Outras imobilizações	16.787	12.420	(4.189)	(5.590)	19.429

Imobilizado em andamento	128.999	51.600	(122.027)	-	58.573
Direito de Uso	49.864	3.414	-	-	53.278
	409.719	260.818	(160.397)	(68.397)	441.743
Intangível	4.465	3.719	(3.975)	-	4.210

b Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Saldos em		Baixas	Saldos em	
	1º/1/2025	Adição		31/12/2025	
Edificações e construções	(16.159)	(6.097)	1.592	(20.664)	
Máquinas e equipamentos	(17.491)	(3.687)	546	(20.631)	
Móveis e utensílios	(3.790)	(584)	142	(4.232)	
Veículos	(8.729)	(1.964)	420	(10.273)	
Outras imobilizações	(7.938)	(2.415)	3.419	(6.934)	
Direito de Uso	(23.579)	(8.637)	-	(32.216)	
	(77.686)	(23.383)	6.119	(94.951)	
Intangível	(4.309)	(136)	3.864	(581)	

9 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento	Garantias	2025			2024		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Securitização	3% a.a.	31/10/2025	-	-	-	-	14	427	441
Crédito rural	De 11,31% a 15,65 % a.a. e Juros Variável (CDI)	04/06/2027	Avais, Duplicatas e Interveniência (Aval Quimica)	607.809	5.214	613.023	814.682	12.239	826.922
CPR	De 15,85% a.a. e Juros Variável (CDI)	01/10/2031	Avais e Duplicatas	256.765	398.000	654.766	234.602	504.000	738.602
Capital de giro	Juros Variável (CDI)	20/10/2027	Avais, penhores e duplicatas	-	-	-	5.076	10.126	15.202
Encargos Sind.	-	01/07/2029	-	(1.734)	(5.045)	(6.780)	8.672	-	8.672
Finame	Juros Variável (TLP)	15/08/2028	Avais e Duplicatas	11.208	18.433	29.641	14.945	29.492	44.438
Procap Agro	11,5% a.a	15/02/2026	Avais e Duplicatas	10.605	-	10.605	10.556	10.000	20.556
Nota Comercial Escritural	Juros Variável (CDI)	12/08/2029	Avais e Duplicatas	81.554	225.000	306.554	5.136	300.000	305.136
Finep	5,57% a.a	15/02/2029	Avais e Duplicatas	1.485	3.199	4.684	-	-	-
PCA Armazenagem	8,50% a.a	10/02/2035	Avais e Duplicatas	540	13.576	14.116	-	-	-
Empréstimo Consig PG				114	-	114	-	-	-
				968.347	658.375	1.626.722	1.076.340	866.285	1.942.625



Vencimento	Valor
2026	10.719
2027	613.023
2028	29.641
2029	304.458
2031	654.766
2035	14.116
	1.626.722

Os encargos contratuais são os normais de mercado para as modalidades específicas.

O saldo de empréstimos e financiamentos está concentrado na linha de crédito rural, que é captado para pagamento aos fornecedores de insumos para o fornecimento e venda aos cooperados e clientes.

10 Fornecedores

Descrição	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores nacionais	541.568	182	496.184	1
Ajuste a valor presente (i)	(27.471)	-	(36.818)	-
	514.096	182	459.366	1

O saldo de fornecedores nacionais é composto substancialmente pelos valores a pagar à fornecedores de mercadorias, que são disponibilizados nas unidades (lojas) da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que se possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados e clientes.

- (i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses passivos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência como dispêndio/despesa financeira. A taxa de desconto utilizada foi a taxa explícita aplicada pelo fornecedor.

11 Vendas para entrega futura e conta e ordem

Descrição	2025	2024
Venda para entrega futura e conta e ordem	76.398	93.977
Ajuste a valor presente (i)	(11.721)	(9.555)
	64.677	84.423

As vendas para entrega futura, são mercadorias faturadas antecipadamente para posterior entrega. São reconhecidas no passivo circulante como produtos a entregar, de modo que o ingresso/receita será reconhecido no resultado do exercício quando da efetiva entrega dos bens. As vendas por conta e ordem são reconhecidas no resultado, detalhando a quantidade e valor total remetido ao cooperado e ao cliente final.

- (i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência no resultado financeiro. A taxa média de desconto utilizada foi de 0,90% a.m, representada pela média das taxas praticadas em vendas a prazo. O AVP registrado no passivo será levado ao resultado juntamente com o ingresso/receita, ou seja, quando da efetiva entrega dos bens aos compradores.

12 Provisões para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas, tributárias e cíveis, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrou a provisão para contingências em montantes considerados suficientes para cada ação que seus assessores jurídicos classificaram como expectativa de perda provável.

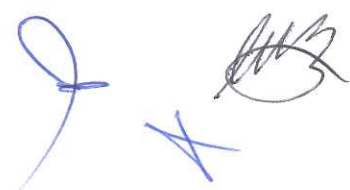
O saldo da provisão para contingências está composto da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Tributárias	250	2.831
Cíveis	108	55
Trabalhistas (i)	775	980
	1.133	3.866

- (i) Provisão constituída para os processos trabalhistas em andamento e com prognóstico dos assessores jurídicos de perda provável, considerada suficiente, para a data base, para suportar os desembolsos de caixa.

13 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Portanto, é parte envolvida em ações que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2025, a administração, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as ações a seguir:




a Tributária

Ação no montante calculado de R\$ 118 milhões junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, referente a auto de infração lavrado com cobrança de ICMS, multa e juros de mora, relativamente a vendas internas de defensivos agrícolas e fertilizantes realizadas no período 2015 a 2018. Entendeu-se que a COPLACANA aplicou indevidamente a isenção prevista no art. 29, IV do RICMS/MS a referidas operações (em decorrência de falta de cumprimento de um dever instrumental), no caso, ausência de informação específica nas notas fiscais de saída a respeito do ICMS dispensado na operação, sendo esta, o mesmo objeto e natureza da outra ação mencionada a seguir, alterando apenas o período das operações, no caso referente ao ano de 2014. Entretanto, para essa ação que compreende o período de 2015 a 2018, houve em momento anterior à lavratura do AIIM, a regularização através da emissão das notas fiscais complementares, destacando nos documentos fiscais o valor montante de ICMS dispensado do recolhimento.

Ação administrativa junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, referente auto de infração lavrado com cobrança de ICMS, multa e juros de mora em montante de R\$ 18 milhões, relativamente a vendas internas de defensivos agrícolas e fertilizantes realizadas no ano de 2014. Entendeu-se que a COPLACANA aplicou indevidamente a isenção prevista no art. 29, IV do RICMS/MS a referidas operações (em decorrência de falta de cumprimento de um dever instrumental), no caso, ausência de informação específica nas notas fiscais de saída a respeito do ICMS dispensado na operação. Contudo, por conta de um óbice sistêmico, não houve a emissão de notas fiscais complementares com objetivo de inclusão da informação atinente ao valor do ICMS dispensado do recolhido. Em 2025, a assessoria jurídica informa que a ação segue na fase administrativa, e que muito provavelmente terá de ingressar com ação judicial, esfera em que considera possível o êxito, razão da inexistência de provisão, sendo o processo acompanhado periodicamente para fins de identificar a necessidade de registro de provisão, considerando o prognóstico dos assessores jurídicos.

De acordo com as legislações vigentes, as operações estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. A Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável, além das divulgadas.



14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes dos cooperados de acordo com o estabelecido no Estatuto Social.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 50% para o Fundo de Reserva, destinado a reparar eventuais perdas da Cooperativa e atender ao desenvolvimento de suas atividades, e valores recuperados referentes aos créditos vencidos em exercícios anteriores;
- 05% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, podendo o Conselho de Administração aplicar a disponibilidade do Fundo mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não;
- 10% para o Fundo Garantidor de Aval, destinado a assegurar todas as garantias pessoais prestadas pela pessoa física dos Diretores em operações de crédito, em benefício da Cooperativa.

Além dos referidos Fundos a assembleia geral poderá criar oportunamente outros fundos especiais, determinando as respectivas percentagens a serem deduzidas das sobras líquidas.

Além dos 05% das sobras líquidas destinadas ao FATES, serão destinados para este Fundo integralmente os resultados operacionais com terceiros.

O Fundo de Reserva e o FATES são indivisíveis no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa.

c Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

Refere-se substancialmente ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. O valor referente a realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrado como Outros Resultados Abrangentes, fazendo parte da base das destinações legais e estatutárias.

d Sobras à disposição da AGO

Conforme parágrafo primeiro do artigo 68 do estatuto social, as sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas das taxas referenciadas no item “b” acima, serão devolvidas aos cooperados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa, salvo deliberação contrária em assembleia geral.

e Reserva de Incentivos Fiscais

As subvenções governamentais recebidas têm a natureza de subvenções para investimento. O valor das subvenções para investimento é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio

líquido, não sendo colocado à disposição para distribuição, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos ou absorção de prejuízos acumulados, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas.

15 Ingressos/ receitas operacionais líquidas

Descrição	2025	2024
Vendas de produtos, mercadorias e serviços	4.226.216	4.107.073
Deduções do ingresso bruto		
Ajuste a valor presente – AVP	(34.581)	(33.236)
Impostos incidentes sobre vendas	(63.811)	(53.032)
Devoluções e abatimentos	(55.418)	(83.089)
	4.072.406	3.937.715
Operações descontinuadas - Massey	15.872	71.115
	4.056.534	3.866.600

16 Dispêndios/despesas com pessoal

Descrição	2025	2024
Salários e honorários	(48.753)	(49.081)
Encargos sociais	(27.527)	(27.091)
Férias, 13º salário e indenizações	(12.868)	(13.214)
Vale alimentação	(4.928)	(7.005)
Prêmios e gratificações	(1.706)	(59)
Outros dispêndios	(23.267)	(20.277)
Convênios	(211)	(238)
	(119.261)	(116.966)
Operações descontinuadas - Massey	(1.128)	(3.724)
	(118.133)	(113.242)

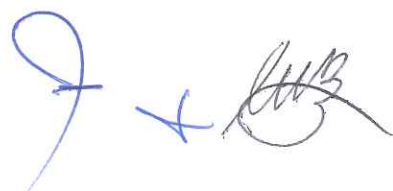


17 Dispêndios/despesas comerciais, administrativos e gerais

Descrição	2025	2024
Fretes S/Vendas	(41.024)	(41.017)
Créditos Incobráveis De Cooperados	(16.273)	(2.465)
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	(16.242)	9.675
Des Plano Incentivo	(14.586)	(11.789)
Provisão Compras Recebimento Futuro	(13.500)	-
Bonificações	(11.541)	(20.262)
Serviços Não Absorvidos	(11.228)	(12.899)
Provisão De Estoque Danificados/Sem Giro	(10.174)	(1.232)
Ti - Sistemas	(8.018)	(10.302)
Vigilância E Segurança	(7.431)	(8.372)
Combustíveis E Lubrificantes	(6.876)	(6.916)
Depreciação Edific. E Benf. Em Imóveis Próprios	(4.862)	(3.305)
Depreciação Arrendamento Frota	(4.598)	(4.605)
Consultoria E Assessoria Empresarial	(4.590)	(2.669)
Serviços Prestados	(4.248)	(4.078)
Assessoria Jurídica	(3.559)	(737)
Depreciação Arrendamento Imóvel	(3.468)	(3.643)
Telefones E Internet	(3.182)	(3.110)
Locação Máquinas E Equipamentos	(2.992)	(2.726)
Material De Expediente	(2.603)	(2.113)
Armazenagem/Recepção/Expedição	(2.568)	(1.801)
Outros	5.773	(37.941)
	(187.790)	(172.305)
Operações descontinuadas - Massey	480	(7.368)
	(188.269)	(164.937)

18 Outros ingressos/dispêndios/receitas/despesas

Descrição	2025	2024
Ingressos		
Ajuste a valor presente	10.542	6.651
Outros ingressos	20.089	23.923
Bonificação recebida	12.244	33.883
Recuperação	1.648	4.854
Plano de Incentivo	22.535	16.432
Subvenção	57	33.171
	67.114	118.914
Dispêndios		
PIS/COFINS	(4.531)	(3.588)
Outras despesas	(18.487)	(17.791)




	(23.019)	(21.380)
	<u>44.095</u>	<u>97.534</u>
Operações descontinuadas - Massey	<u>2.700</u>	<u>3.760</u>
	<u>41.395</u>	<u>93.774</u>

19 Resultado financeiro

Descrição	2025	2024
Ingressos		
Atualização Monetária Tributos	12.214	9.224
Juros incorridos	30.010	20.469
Ajuste a valor presente	33.236	47.721
Descontos obtidos	3.946	14.237
Rendimentos de aplicações financeiras	34.472	12.713
PIS/COFINS sobre aplicações financeiras	(5.144)	(4.435)
Outros	1.831	615
	<u>110.567</u>	<u>100.545</u>
Dispêndios		
Juros incorridos	(247.214)	(239.475)
Ajuste a valor presente	(30.245)	(12.804)
Descontos concedidos	(4.223)	(7.976)
Outros	(6.972)	(7.896)
	<u>(288.654)</u>	<u>(268.151)</u>
Operações descontinuadas - Massey	<u>(48)</u>	<u>(192)</u>
	<u>(178.039)</u>	<u>(167.414)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2025	2024
Sobra/lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>23.706</u>	<u>36.625</u>
(+) Adições	13.251	8.503
(-) Resultado operações com cooperados	839	(11.065)
Outras exclusões	<u>(29.992)</u>	<u>(54.278)</u>
Base de cálculo	<u>7.804</u>	<u>(20.215)</u>
Valor do IR e da CS	(3.240)	
Valor líquido do IR e da CS	<u>(3.240)</u>	<u>-</u>

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com não associados são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem o Conselho de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais, responsáveis principalmente, pela administração da cooperativa no aspecto operacional.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal de suas atividades operacionais e apresentam as seguintes movimentações no decorrer dos dois últimos exercícios:

Natureza da operação	2025	2024
	Diretoria e conselhos	Diretoria e conselhos
Ativo		
Contas a receber de cooperados	39.666	16.742
Passivo		
Capital social	738	673
(b) Transações no exercício		
Remuneração paga	3.195	3.123
Faturamento	68.855	77.618
	72.049	80.741

22 Produtos recebidos para depósito

Na data das demonstrações contábeis os produtos em depósito estocados nos armazéns eram os demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Unidade	2025	2024
Milho em grão	KG	24.388	95.165
Soja em grão	KG	3.003.956	5.072.932
Sorgo	KG	4.041.092	69.908

O registro contábil quando do recebimento dos produtos é nos estoques em contrapartida do passivo, sendo ao final de cada mês mensurados pelo valor de compra a nível de produtor cotado no mercado ativo.

Produtos	Qtde. - Kgs	Qtde. - Sacas	Preço Mercado	Total
Milho em grão	24.388	406	63,93	26.623
Soja em grão	3.003.956	50.066	121,43	6.005.364
Sorgo	4.041.092	67.352	51,10	3.446.693

23 Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

	<u>Classificação</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	24.867	55.515
Aplicações financeiras	(ii)	298.817	442.868
Contas a receber	(i)	1.446.994	1.342.050
Adiantamentos a fornecedores de insumos	(i)	30.543	89.551
		<u>1.801.220</u>	<u>1.929.984</u>
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(iii)	1.626.722	1.942.626
Fornecedores	(iii)	514.279	459.367
Obrigações com cooperados	(iii)	38.259	39.875
Arrendamentos a pagar	(iii)	21.472	27.263
		<u>2.200.731</u>	<u>2.469.131</u>

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivo ao custo amortizado.

24 Análise e gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de créditos e/ou concentração, de liquidez, da atividade, de taxa de juros e taxa de câmbios. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

a Riscos de créditos e/ou de concentração

A política de vendas considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com respeito às instituições financeiras, somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

É adotada política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito, e de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência.

Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de frustrações de safra, no entanto, por conta desse risco, é mantida posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada abaixo:

	Nota	2025	2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.867	55.515
Aplicações financeiras	4	298.817	442.868
Contas a receber	5	1.446.994	1.342.050
Adiantamentos a fornecedores de insumos	6	30.543	89.551
		1.801.220	1.929.984

b Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e os próprios cooperados.

O gerenciamento do risco de liquidez considera análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos associados.

Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,46 e 1,11, respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

c Riscos da atividade

As principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando basicamente com o fornecimento de insumos agrícolas e recebimento, limpeza, secagem, classificação, armazenamento e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de ingressos/receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito.

As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de *commodities* também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

d Riscos de taxas de juros

Não existiam passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam na grande maioria, entre 3,00% e 15,85% ao ano, perfazendo uma taxa média de 11,31% ao ano.

e Riscos de taxas de câmbio

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas (*Swap's*). A política de gestão de risco financeiro define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixas previstos.

f Riscos de variações de preços de produtos agrícolas e contratos futuros a termo

As operações com derivativos na data das demonstrações contábeis são contratos a termo futuros de compra e de venda de grãos. Os contratos a termo não se encontram registrados nas contas patrimoniais por não satisfazerem tecnicamente os conceitos de ativo e passivo descritos nas normas contábeis.

As operações em aberto no encerramento do exercício de 2025, contabilizadas e não contabilizadas (somente os contratos a termo não estão contabilizados), que resultam em volumes expostos a variações de preços, são:

Operações	Produtos e Saldos em Kg		
	Soja	Milho	Sorgo
Estoque	5.637	-	7.124.152
Produto armazenado	(3.003.956)	(111.900)	(4.053.304)
Vendas c/ preço a fixar	1.889.767	-	-
Contratos a embarcar	-	-	(2.401.334)
Exposição nível 1	(1.108.552)	(111.900)	669.514
Contratos de Barter	16.263.490	819.180	-
Contratos futuros a termo de compra	57.688.670	858.600	2.350.968
Contratos futuros a termo de venda	(69.283.990)	-	(2.724.890)
Exposição nível 2	3.559.618	1.565.880	295.591
Em sacas	59.327	26.098	4.927

Os volumes expostos no nível 2 estão sujeitos a riscos de variações de preços, e na data base das demonstrações contábeis não havia operações de proteção. A área de grãos monitora os volumes expostos e o mercado das *commodities*, para realizar operações de proteção quando os riscos podem provocar efeitos relevantes, objetivando eliminar ou reduzir ao máximo as perdas.

25 Cobertura de seguros

A Administração adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente, considerando a opinião de seus agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria

das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26 Avais

A Cooperativa, no exercício de 2025, atuou como avalista dos cooperados em operações financeiras. Nesta modalidade de operação, a Cooperativa entra garantindo o pagamento caso o cooperado não cumpra com suas obrigações junto as instituições financeiras. Até a data de fechamento das demonstrações, a Cooperativa concedeu avais no total de R\$ 82 milhões. A Cooperativa monitora os riscos dessas garantias e, se necessário, reconhece provisões para cobrir eventuais perdas.

27 Ajuste de períodos anteriores

Determinados valores de juros a apropriar sobre renegociações tiveram efeito positivo indevido na base de mensuração da estimativa de perdas para créditos - PDD no encerramento de 2024, conseqüentemente a PDD foi mensurada a menor em R\$ 17.361 milhões.

Foram identificadas notas fiscais de devolução de remessa para depósito não contabilizadas no exercício de 2024, que após sua regularização resultaram em falta física de estoque de grãos no montante de R\$ 4.243 milhões.

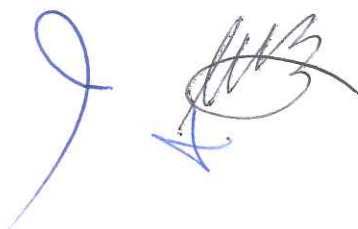
Obrigações com Cooperados, onde foi regularizado o saldo de operações com CFOP "Outras Entradas/Saídas" no valor de R\$2.589 milhões, conseqüentemente em 2024 a obrigação estava a menor neste montante

Dessa forma, o montante registrado no Patrimônio Líquido em 2025, na conta de Ajuste de Períodos Anteriores foi de R\$ 24.192.311,82 para refletir corretamente os impactos dessas situações nas Demonstrações Financeiras, considerando que o resultado e o patrimônio líquido do exercício de 2024 foram apresentados a maior.

O ajuste será submetido à apreciação e deliberação do quadro social na assembleia de prestação de contas do exercício de 2025. A proposta da administração prevê a compensação do valor ajustado com o Fundo de Reserva, garantindo a correta mensuração dos saldos patrimoniais.

28 Operações Descontinuadas

Em 25 de março de 2025, a Diretoria da Cooperativa comunicou, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a decisão de descontinuar as operações da Unidade de Negócios "Concessionárias Massey", com o objetivo de concentrar esforços estratégicos nos demais segmentos de atuação.



A operação envolveu o encerramento de cinco lojas físicas, bem como a alienação dos estoques e ativos imobilizados vinculados a essa unidade de negócios. O processo foi integralmente concluído no exercício de 2025, com a cessação total das atividades relacionadas.

Nos termos do CPC 31, o resultado da operação descontinuada é apresentado conforme quadro a seguir, considerando que na demonstração das sobras ou perdas não está sendo apresentado, exceto o resultado líquido.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - NEGÓCIOS MASSEY		
	2025	2024
	Total	Total
Ingresso/ receita operacional líquido	15.872.079	71.115.452
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(15.907.799)	(68.245.239)
Sobra/ lucro bruto	(35.720)	2.870.213
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais		
Dispêndios/ despesas com pessoal	(1.128.461)	(3.723.552)
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	479.710	(7.367.830)
Outros ingressos/ receitas/ dispêndios / despesas operacionais	2.700.162	3.759.682
	2.051.411	(7.331.700)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	2.015.691	(4.461.486)
Resultado financeiro		
Ingressos/ receitas financeiras	-	94
Dispêndios/ despesas financeiras	(48.125)	(191.750)
	(48.125)	(191.656)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.967.566	(4.653.142)
Sobra/ lucro líquido do exercício das operações continuadas	1.967.566	(4.653.142)
Sobra/ lucro líquido do exercício	1.967.566	(4.653.142)

Em relação ao exercício de 2025, a operação ocorreu de janeiro a abril.

Para fins de comparabilidade, na demonstração das sobras ou perdas do ano anterior (2024) os valores dessa unidade de negócio foram retirados.

29 Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2026, determinado devedor apresentou plano de recuperação judicial, contemplando proposta de pagamento correspondente a 40% do valor total do crédito detido pela Cooperativa.

Após análise da Administração quanto à capacidade de recuperação do referido crédito e às condições previstas no plano apresentado, foi deliberada a adesão à proposta.

Considerando que as dificuldades financeiras do devedor já estavam evidenciadas na data-base de 31 de dezembro de 2025, caracterizando condição existente naquela data, a Administração reconheceu ajuste nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mediante complemento à Provisão para Devedores Duvidosos no montante de R\$ 7.410.910,39, correspondente a 60% do valor do crédito, com impacto no resultado do exercício.

A Administração continuará acompanhando o cumprimento das obrigações previstas no plano de recuperação judicial para promover ajustes que se fizerem necessários.

Exceto pela situação acima descrita, a Administração declara que avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e 20 de fevereiro de 2026 e não identificou outros eventos relevantes que pudessem impactar as demonstrações financeiras ou a posição econômica e financeira da Cooperativa.

30 Informação por segmento

Descrição	Insumos	Grãos	Equip. e Concessionárias	Varejo	Nutrição Animal	Outros Negócios	Total 2025
Ingressos/Receitas Líquidas de Vendas e Serviços	3.087.093	636.214	104.691	167.477	82.317	28.090	4.105.883
(-) Dispendio/Custo das Vendas e Serviços	(2.712.624)	(592.490)	(95.319)	(141.907)	(66.516)	(23.330)	(3.632.185)
(-) Dispendios/Despesas Operac.	(2.284)	(45.729)	(2.552)	(5.284)	(4.390)	(203.671)	(263.911)
(+/-) Res. Financeiro IR e CS	(2.090)	1.560	(136)	(510)	(27)	(182.911)	(184.113)
	-	-	-	-	-	(3.240)	(3.240)
Sobra e Lucro Bruto	370.096	(444)	6.684	19.776	11.385	(385.062)	22.434

fim


Marcos Farnat
Presidente
CPF: 074.520.328-77


Paulo Roberto Franhani
CRC1SP 086071/O-2
CPF: 722.511.318-68


Arnaldo Antônio Bortoletto
Vice-Presidente
CPF: 047.666.548-54


Ivana C. Bossi Granussio
CRC1SP250376-O-2
CPF: 154.846.698-04